

ENTRE ESPAÇOS E SIGNIFICADOS: A Influência do Patrimônio Arquitetônico na Paisagem Cultural Urbana

Tarcisio Dorn de Oliveira¹
Franciele Zientarski Engerhoff²

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2025.62.17396>

Submetido em: 17/8/2025

Aceito em: 16/10/2025

Publicado em: 25/11/2025

RESUMO

A paisagem cultural compreende a análise da integração dinâmica entre sociedade e natureza, na qual o patrimônio arquitetônico confere singularidade ao território ao refletir a interação histórica entre o ser humano e o meio natural. Nesse sentido, esta pesquisa busca refletir sobre o papel do patrimônio arquitetônico na constituição da paisagem cultural urbana, tomando como base quatro eixos analíticos previamente definidos sendo eles: Identidade Coletiva, Articulação entre Tempo e Espaço, Testemunho Histórico e Valor Simbólico e Estético. Metodologicamente, este estudo adota uma abordagem qualitativa fundamentada na revisão bibliográfica e na análise documental, utilizando a análise de conteúdo categorial para a interpretação dos dados. A partir dos quatro eixos, o recorte da pesquisa é concentrado na análise do papel do patrimônio arquitetônico na constituição da paisagem cultural urbana em cidades brasileiras, considerando suas múltiplas dimensões. Em termos de resultados, observa-se que o patrimônio arquitetônico, ao se integrar à paisagem cultural urbana, exerce influência direta sobre a percepção e a apropriação do espaço, funcionando como elemento de coesão social e referência simbólica. A inter-relação entre espaços e significados revela-se fundamental para a constituição de cidades valorizadas, nas quais o reconhecimento e a preservação das heranças culturais contribuem para o fortalecimento do sentido de pertencimento e da identidade coletiva.

Palavras-chave: materialidade; cultura; preservação; paisagem; cidade.

BETWEEN SPACES AND MEANINGS: THE INFLUENCE OF ARCHITECTURAL HERITAGE ON THE URBAN CULTURAL LANDSCAPE

ABSTRACT

The cultural landscape comprises the analysis of the dynamic integration between society and nature, in which architectural heritage provides uniqueness to the territory by reflecting the historical interaction between human beings and the natural environment. In this sense, the research seeks to reflect on the role of architectural heritage in the constitution of the urban cultural landscape, based on four previously defined analytical axes: Collective Identity, Articulation between Time and Space, Historical Testimony, and Symbolic and Aesthetic Value. Methodologically, the study adopts a qualitative approach grounded in bibliographic review and documentary analysis, using categorical content analysis for data interpretation. From these four axes, the scope of the research focuses on analyzing the role of architectural heritage in shaping the urban cultural landscape in Brazilian cities, considering its multiple dimensions. As for the results, it is observed that architectural heritage, when integrated into the urban cultural landscape, directly influences the perception and appropriation of space, functioning as an element of social cohesion and symbolic reference. The interrelation between spaces and meanings proves fundamental for the constitution of valued cities, in which the recognition and preservation of cultural heritage contribute to strengthening the sense of belonging and collective identity.

Keywords: materiality; culture; preservation; landscape; city.

¹ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Ijuí/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5842-2415>

² Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Ijuí/RS, Brasil. <https://orcid.org/0009-0005-9007-2749>

INTRODUÇÃO

A adoção do conceito de paisagem cultural por órgãos brasileiros e internacionais é relativamente recente, tendo sido, oficialmente, sua conceituação reconhecida pela Unesco, em 1992, como resultado das reflexões ampliadas na Conferência Rio-92. Essa categoria representa uma nova abordagem que valoriza a interação dinâmica entre a ação humana e os processos naturais na conformação dos territórios ao longo do tempo. No contexto urbano, essa perspectiva destaca a importância do patrimônio arquitetônico como elemento essencial da paisagem cultural. Mais do que edificações isoladas, os conjuntos arquitetônicos são marcos da memória coletiva, identidade social e dos modos de vida de diferentes épocas, cuja preservação constitui estratégia fundamental para a valorização da história das cidades e dos espaços urbanos como portadores de significado. As diretrizes estabelecidas pela Unesco têm orientado políticas nacionais de proteção, promovendo a salvaguarda de bens materiais e imateriais que, juntos, compõem a complexidade e a riqueza das paisagens culturais contemporâneas.

A humanidade é guardiã de um amplo e diverso conjunto de patrimônios formados pela interação e relação entre os elementos naturais e construídos, resultando em cenários de grande valor estético, histórico e cultural. No contexto das cidades, essa articulação revela-se, sobretudo, na dimensão arquitetônica, que compõe e caracteriza a paisagem cultural, fruto das transformações históricas ao longo do tempo. Para Santos (2006), a paisagem é um conjunto de formas que, em determinado momento, traduz as heranças deixadas pelas sucessivas relações entre o ser humano e a natureza, sendo, portanto, a síntese das morfologias naturais e das construções produzidas pelas ações e necessidades da sociedade. Nessa perspectiva, a arquitetura, ao somar-se continuamente ao espaço urbano já existente, amplia a noção de preservação, pois o conceito de paisagem cultural reconhece que o patrimônio arquitetônico integra um contexto mais abrangente, composto por múltiplas camadas de significados. Esse entendimento aponta para novos horizontes de atuação, orientando práticas integradas de preservação.

O crescente debate sobre memória e identidade das cidades tem ampliado as perspectivas acerca da salvaguarda do patrimônio, evidenciando sua relevância para a compreensão das dinâmicas urbanas contemporâneas. De acordo com Duarte *et al.* (2023), a paisagem cultural pode ser classificada em três subcategorias: a paisagem criada intencionalmente pelo homem, resultado de ações planejadas; a paisagem organicamente evoluída, que pode permanecer habitada ou se transformar em relíquia; e a paisagem cultural associativa, que valoriza a relação simbólica, artística ou religiosa dos habitantes com o ambiente, mesmo quando sua materialidade é reduzida ou inexistente. Nesse sentido, a leitura do espaço urbano ultrapassa a visão de mero vestígio histórico, reconhecendo-o como componente ativo da paisagem cultural urbana. Ao carregar valores estéticos, históricos e sociais, o patrimônio torna-se elemento fundamental para a construção da identidade coletiva e para a continuidade das relações entre passado e presente no ambiente urbano.

O patrimônio arquitetônico, então, nada mais é, dentro da paisagem cultural, do que a materialização de conexões que constituem lembranças e que evidenciam a inseparabilidade entre lugar, memória e identidade nas dinâmicas urbanas contemporâneas. Segundo Meneses (2002), o espaço urbano trata-se de um território que é, ao mesmo tempo, monumento e documento – um *locus* contínuo de cultura onde natureza, construções materiais, símbolos,

significados e representações articulam-se em diversidade e harmonia. Duarte *et al.* (2023), nesta perspectiva, complementam que as questões relativas à salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil estiveram, assim, em paralelo ao contexto de idealização da nação, tendo em vista que “a posse de uma herança, de uma cultura, é considerada uma prova crucial da existência da nação”. A preservação de edifícios, praças, conjuntos e estruturas urbanas, portanto, torna-se, assim, uma forma de valorizar a trajetória coletiva, fortalecer vínculos comunitários e manter viva a memória que conforma o sentido e a força dos lugares.

As decisões tomadas hoje em relação à salvaguarda patrimonial, impactam diretamente o legado deixado às futuras gerações, determinando se elas terão acesso a uma base sólida de referências históricas, culturais, arquitetônicas e simbólicas construídas ao longo do tempo. Segundo Crispim (2011), preservar uma paisagem implica mudança de paradigma sobre o patrimônio, ao reconhecer o território e suas representações como matrizes identitárias. Essa perspectiva amplia o sentido da preservação ao incorporá-la às discussões sobre desenvolvimento sustentável e produção do espaço. No contexto urbano, o patrimônio arquitetônico é elemento central da paisagem cultural, pois carrega marcas visíveis da história, das práticas sociais e das formas de organização espacial. Além de sua beleza e valor turístico, essas paisagens urbanas exercem papel fundamental na construção da memória coletiva, na valorização da identidade local e no fortalecimento do vínculo entre as comunidades e seus espaços. Preservá-las é, então, um ato de responsabilidade histórica e um compromisso com o futuro das cidades.

As paisagens culturais, compreendidas como porções do território marcadas por conexões singulares entre elementos naturais, construções humanas e significados simbólicos, estão entre os bens de preservação mais complexos, exigindo novas práticas e instrumentos jurídicos específicos. A criação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo IPHAN constituiu importante instrumento de salvaguarda, ao reconhecer territórios resultantes da interação entre sociedade e meio ambiente, dotados de identidade singular. Sua gestão ultrapassa o caráter declaratório e a atuação exclusiva do IPHAN, fundamentando-se na responsabilidade compartilhada entre os diferentes entes pactuantes envolvidos na preservação e valorização dessas paisagens culturais. No contexto urbano, entretanto, na constituição da paisagem cultural, a arquitetura, cuja preservação transcende a conservação física para abarcar o reconhecimento de seu valor cultural, simbólico e identitário, faz com que o ato de preservar colabore para que as marcas do passado permaneçam legíveis no presente, fortalecendo os vínculos entre história, cultura e território, e permitindo um futuro mais consciente e respeitoso com a memória coletiva.

A paisagem como o resultado do acúmulo de acontecimentos e transformações sobre um determinado espaço, traz consigo as marcas deixadas pelas ações das comunidades que ali viveram. Nesse sentido, o patrimônio arquitetônico assume papel central na composição da paisagem cultural, pois materializa memórias coletivas, modos de vida e representações sociais. Para Crispim (2011), a mudança na forma de atribuição de valor à paisagem, de uma visão meramente cênica para uma abordagem cultural, representa uma transformação no paradigma da memória e no modo como os órgãos de salvaguarda a compreendem no Brasil. Essa nova concepção amplia o entendimento do patrimônio, antes restrito ao histórico e artístico, para o patrimônio cultural em sentido mais amplo, incorporando o ambiente construído e suas múltiplas representações simbólicas. Diante disso, abre-se um campo fértil para o debate

interdisciplinar e para o aprimoramento das políticas públicas de preservação, especialmente no que diz respeito à proteção da paisagem urbana e do patrimônio arquitetônico que a constitui.

A paisagem cultural é uma porção singular do território, representativa da interação histórica entre o ser humano e o meio natural, na qual a vida social e o conhecimento humano imprimem marcas e atribuem valores. Para Vasconcelos (2012), o estudo da paisagem cultural envolve a análise dessa integração dinâmica entre sociedade e natureza em um processo contínuo de transformação mútua, onde agente e objeto se fundem e se alteram ao longo do tempo. Nesse sentido, a paisagem deve ser entendida como um conjunto de formas que, em determinado momento, expressa heranças construídas por sucessivas relações localizadas entre homem e meio ambiente. A partir de tais entendimentos, este ensaio teórico propõe uma reflexão sobre o papel do patrimônio arquitetônico na constituição da paisagem cultural urbana a partir de quatro eixos analíticos predefinidos, posto que o patrimônio arquitetônico se destaca como elemento essencial da paisagem cultural ao materializar experiências, memórias e identidades.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, voltada à compreensão aprofundada do fenômeno investigado – o papel do patrimônio arquitetônico na construção da paisagem cultural das cidades. Mais do que descrever, busca-se interpretar a complexidade do tema, evidenciando suas dimensões simbólicas, sociais e históricas, conforme propõe Gonsalves (2003), proporcionando uma análise contextualizada e significativa. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa baseia-se na revisão bibliográfica e na análise documental. A revisão bibliográfica, segundo Gil (2002), oferece o embasamento teórico necessário para situar a investigação no campo acadêmico, dialogando com diferentes autores e perspectivas. Já a pesquisa documental permite o acesso a fontes primárias por meio das quais se obtêm dados originais e relevantes à compreensão do objeto de estudo. Essas estratégias metodológicas combinadas possibilitam a construção de um referencial crítico, capaz de articular conceitos, práticas e contextos que envolvem a preservação patrimonial e sua presença na configuração das paisagens urbanas.

A abordagem desta pesquisa concentra-se na análise do papel do patrimônio arquitetônico na configuração da paisagem cultural, estruturada a partir dos quatro eixos analíticos previamente apresentados. A investigação busca compreender o patrimônio não apenas como vestígio material, mas como elemento ativo na vida urbana, capaz de fortalecer relações sociais, preservar memórias coletivas, expressar valores simbólicos e estéticos e contribuir para a construção da identidade dos lugares, garantindo a continuidade histórica. O recorte espacial da pesquisa foca nas paisagens culturais da área urbana de Ijuí/RS, com atenção especial aos aspectos simbólicos, sociais e históricos incorporados no patrimônio arquitetônico. Nesse contexto, o estudo considera as dimensões tangíveis do espaço urbano, explorando como a arquitetura dialoga com a memória, a cultura e o sentido de pertencimento, configurando-se como instrumento de valorização da identidade coletiva e da experiência cotidiana dos habitantes.

Para a interpretação dos dados, adota-se a análise de conteúdo categorial proposta por Bardin (2015), estruturada em quatro eixos principais: (1) identidade coletiva; (2) articulação entre tempo e espaço; (3) testemunho histórico; e (4) valor simbólico e estético. Essa abordagem

metodológica possibilita uma leitura sistemática e aprofundada dos dados, favorecendo a identificação de significados recorrentes e a compreensão das questões centrais emergentes. A análise de conteúdo desenvolve-se em três etapas: a pré-análise, que organiza e prepara o material a ser examinado; a exploração do material, que envolve a codificação e o agrupamento dos dados em categorias; e, por fim, o tratamento dos resultados, com inferência e interpretação, etapa em que se atribui sentido às categorias identificadas. Essa metodologia permite revelar nuances e conexões presentes nos discursos e documentos analisados, contribuindo para a construção de um olhar hermenêutico sobre o papel do patrimônio arquitetônico na constituição da paisagem cultural urbana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando os procedimentos delineados a partir dos quatro eixos analíticos previamente apresentados, o Quadro 1, a seguir, sintetiza o conceito central de cada eixo, bem como sua relação específica com a preservação patrimonial e com a conformação da paisagem cultural. Essa sistematização possibilita uma leitura mais integrada e aprofundada do tema, ao evidenciar que o patrimônio arquitetônico não se limita a um conjunto de vestígios materiais, mas configura-se como componente ativo da vida urbana, capaz de fortalecer vínculos sociais, preservar memórias coletivas e expressar valores simbólicos e estéticos.

Quadro 1 – Conceito central de cada eixo

Eixo Analítico	Conceito Cerne	Relação com Preservação Patrimonial	Relação com Paisagem Cultural
Identidade Coletiva	Construção e reconhecimento do sentimento de pertencimento de um grupo social a partir de suas referências culturais e históricas.	Expressem a cultura e a memória compartilhada da comunidade.	Atua como marco visível que fortalece o vínculo emocional entre pessoas e lugar, consolidando a identidade local.
Articulação entre Tempo e Espaço	Interação contínua e dinâmica entre passado, presente e futuro na configuração do espaço urbano.	Envolve salvaguardar camadas históricas presentes nas edificações e seu contexto.	Reflete essas camadas temporais e as transformações espaciais que formam o tecido urbano.
Testemunho Histórico	Evidência material das práticas, eventos e modos de vida de diferentes períodos históricos.	Conservação de edificações e conjuntos que documentam a história e sua evolução social.	Incorpora esses testemunhos, garantindo a leitura contínua da história no ambiente urbano.
Valor Simbólico e Estético	Significados culturais, simbólicos e a dimensão visual que conferem sentido e beleza ao patrimônio.	Proteção do patrimônio para manter suas qualidades formais, simbólicas e artísticas.	Enriquece a presença de elementos arquitetônicos que expressam valores estéticos e simbólicos.

Fonte: Os autores (2025).

Para analisar o papel do patrimônio arquitetônico na formação da paisagem cultural, é essencial considerar múltiplas dimensões que revelem sua complexidade e profundidade

simbólica. Nesse sentido, a análise é organizada em categorias, o que permite compreender o patrimônio arquitetônico não apenas como um legado material, mas como um componente dinâmico da vida social, carregado de memórias, significados e identidades. Ao representar valores compartilhados e narrativas históricas, o patrimônio contribui para a construção e o fortalecimento dos vínculos sociais e culturais no território, atuando como elo entre passado, presente e futuro. Dessa forma, sua presença na paisagem cultural extrapola o aspecto físico, configurando-se como expressão viva da história coletiva e da diversidade cultural dos espaços urbanos, a saber:

Identidade Coletiva: A identidade coletiva se estabelece em estreita relação com o patrimônio arquitetônico que compõe a paisagem cultural, na medida em que esta resulta da interação dialética entre o homem, o meio ambiente e o espaço urbano. Conforme enfatiza Rocha (2020), o espaço e o território nos quais o patrimônio está inscrito configuram-se como determinantes no processo de formação identitária ao evidenciarem a dimensão simbólica das práticas sociais e das lutas coletivas. Nessa perspectiva, o patrimônio deve ser compreendido não apenas em sua materialidade, mas, sobretudo, como portador de valores imateriais que fortalecem a memória social, o pertencimento e a continuidade histórica. A articulação entre memória, identidade e patrimônio revela, portanto, a capacidade de os grupos sociais atribuírem sentidos ao espaço e mobilizarem tais sentidos na afirmação de direitos e no reconhecimento de suas especificidades. Assim, a identidade coletiva constitui-se de maneira dinâmica a partir das necessidades culturais, políticas, econômicas e sociais, conformando um conjunto de referências comuns que sustenta a coesão comunitária e a valorização simbólica do território.

As referências compartilhadas por uma sociedade manifestam-se de maneira concreta por meio de seu patrimônio material, expresso em igrejas, praças e edificações históricas que, para além de seu valor físico e estético, carregam significados simbólicos vinculados ao espaço e ao entorno em que se encontram. Como destacam Scarduelli e Gonçalves (2020), a conservação desses referenciais, articulada à preservação da paisagem urbana, constitui elemento fundamental para a compreensão, a identificação e a apropriação da cidade pelos sujeitos sociais. A leitura histórica das edificações, inscritas em sua paisagem, possibilita interpretar camadas de significados que revelam práticas, memórias e relações sociais ao longo do tempo. Nesse sentido, uma praça, por exemplo, não é apenas um espaço de circulação ou convivência cotidiana, mas também um repositório de experiências, onde se inscrevem narrativas coletivas, fatos históricos e manifestações culturais. O lugar, portanto, assume a condição de suporte de memórias, contribuindo para a construção de identidades coletivas e para a continuidade simbólica que conecta passado, presente e futuro.

Destarte, a preservação das referências de patrimônio arquitetônico no contexto da paisagem urbana enfrenta inúmeros desafios, entre os quais se destaca a especulação imobiliária, frequentemente associada a processos de urbanização desordenada que colocam em risco a salvaguarda do legado cultural. Conforme apontam Oliveira *et al.* (2025), no Brasil o principal obstáculo à proteção do patrimônio arquitetônico decorre da intensa pressão exercida pelo desenvolvimento econômico, agravada pela insuficiência de investimentos, pela ausência de planejamento adequado, pelo desinteresse de determinados setores na preservação, além de práticas de vandalismo e episódios de negligência que comprometem a gestão e a integridade das edificações históricas. Nesse cenário, torna-se essencial o engajamento da

comunidade local como agente ativo nos processos de proteção e valorização do patrimônio, assegurando sua transmissão às gerações futuras. Ainda que a identidade coletiva se modifique ao longo do tempo, incorporando novas culturas e releituras do espaço urbano, é fundamental que permaneçam preservadas as experiências do passado, de modo a sustentar vínculos de memória, pertencimento e continuidade histórica.

A partir das experiências e acontecimentos que atravessam a vida em sociedade, emerge o sentimento de pertencimento aos lugares, entendido como vínculo simbólico que conecta indivíduos a seus contextos de convivência. Estanislau (2023) define pertencimento como a percepção de um sujeito de integrar-se a uma comunidade, família, grupo ou nação em estreita relação com o reconhecimento social e com o respeito à dignidade, à cultura e às diferenças individuais. Nessa perspectiva, a identidade coletiva não se constitui de forma espontânea ou exclusivamente individual, mas resulta de um processo histórico e relacional, arquitetado a partir da interação entre pessoas, espaços e práticas sociais. Ela é consolidada nas vivências compartilhadas, nas memórias coletivas inscritas nos lugares e, de modo significativo, pela difusão da educação cultural e patrimonial, que contribui para fortalecer vínculos, valorizar heranças simbólicas e promover a continuidade das tradições em diálogo com a contemporaneidade.

O sentimento de pertencimento constitui premissa fundamental para a preservação do patrimônio arquitetônico, na medida em que o valor afetivo atribuído pela comunidade a um determinado local influencia diretamente tanto as formas de manutenção quanto as estratégias de salvaguarda. Mathias (2023) observa que, ao lado da distribuição de recursos sociais, também se evidenciam os recursos afetivos associados ao *status*, os quais configuram diferentes cenários na satisfação dos anseios de pertencimento e em sua encenação no espaço social. Assim, o patrimônio arquitetônico transcende sua dimensão material, tornando-se suporte simbólico capaz de representar identidades coletivas e de atuar como vetor de resgate e continuidade da memória, da cultura e da história de um povo. Nessa direção, a legitimação social assume papel tão relevante quanto a proteção legal ou institucional, pois, em grande parte das situações, a mobilização comunitária em defesa de edificações históricas emerge justamente do vínculo afetivo que os indivíduos estabelecem com esses bens, reforçando a predisposição para sua valorização e preservação.

A preservação do patrimônio arquitetônico desempenha papel central na formação da identidade coletiva, sobretudo quando sua relevância é mediada pela educação patrimonial, que possibilita a transmissão de saberes por meio do resgate de memórias, histórias e culturas inscritas nos bens edificados. Não se trata, todavia, apenas de conhecer ou reconhecer esses elementos; é necessário, como ressaltam Oliveira *et al.* (2024), promover um conhecimento crítico sobre o patrimônio em articulação com as comunidades, de modo a fortalecer sentimentos de pertencimento e cidadania. Nesse entendimento, quando o conhecimento é apropriado e orientado para a valorização das heranças culturais, é favorecida a constituição de uma sociedade apta a desfrutar, preservar e ressignificar esses bens, instaurando um processo contínuo de educação cultural. Assim, a educação patrimonial ultrapassa a dimensão informativa e configura-se como instrumento fundamental na construção de uma identidade coletiva compartilhada, ancorada em testemunhos históricos que, ao mesmo tempo em que preservam o passado, dialogam com as transformações contemporâneas e projetam-se para as futuras gerações.

Testemunho Histórico: Os acontecimentos que se sucedem ao longo do tempo não são apenas preservados por meio de relatos orais ou registros escritos, mas também encontram expressão concreta nas edificações que integram a paisagem urbana. O testemunho histórico, nesse sentido, ultrapassa a dimensão das memórias intangíveis e se materializa em construções que, muitas vezes, revelam contrastes de temporalidade, funcionando como evidências vivas do passado. Conforme destacam Oliveira *et al.* (2025), cada edificação, monumento ou praça guarda fragmentos da história coletiva e individual que, inscritos nas pedras, tijolos e argamassas desgastadas pelo tempo, configuram narrativas que transcendem os livros e estabelecem um diálogo contínuo com o passado, evocando vozes que ecoam pelos corredores, vitrais e detalhes arquitetônicos que sustentam e caracterizam os edifícios. Assim, a salvaguarda do patrimônio arquitetônico intensifica a narrativa histórica em sua dimensão visual, permitindo não apenas a preservação de técnicas construtivas e estilos de urbanização, mas também a compreensão dos valores simbólicos e culturais que estruturam a identidade social.

O testemunho histórico material funciona como uma ferramenta educativa fundamental para a compreensão do passado em relação ao espaço construído, permitindo, em edificações como igrejas construídas há muitos anos, observar diferentes estilos arquitetônicos, elementos construtivos e detalhes que possibilitam uma verdadeira viagem temporal. Segundo Navarrete (2012), a arquitetura configura-se como uma testemunha essencial na valorização de períodos históricos, instigando o observador a identificar enlaces, pontos de inflexão, linhas estruturais principais e elementos característicos de cada época. Dessa forma, a arquitetura atua como mediadora dentro do ambiente urbano, funcionando como interlocutora da memória coletiva e possibilitando que as experiências históricas interajam com o presente. Ao percorrer e observar esses espaços, torna-se viável compreender escolhas estéticas, valores sociais e transformações culturais que os moldaram, reconhecendo a arquitetura como um instrumento de conhecimento, de modo que o patrimônio arquitetônico não apenas preserva a memória, mas também educa, sensibiliza e conecta as pessoas à história viva da cidade, consolidando seu papel como recurso pedagógico e cultural indispensável.

No decorrer do tempo, elementos urbanos, como edificações, praças e igrejas, podem ser demolidos, cair em ruínas ou até serem substituídos por construções mais recentes, resultando na perda de parte da essência cultural que carregavam. As transformações e adaptações do espaço, entretanto, tornam-se uma forma de testemunho histórico, preservando memórias e significados que resistem ao tempo. Fontoura (2023) afirma que a história é uma compilação dos fatos que ocupam a memória dos homens, registrada em livros, ensinada e aprendida nas escolas, classificada e selecionada, tornando-se repertório vivo entre os indivíduos de uma sociedade. A memória, embora abstrata, refere-se à temporalidade exterior, essencial para o conhecimento construído além da experiência vivida. O testemunho material histórico, então, oferece uma experiência mais intensa e gratificante: diante do patrimônio arquitetônico, é possível observar, em escala real, estruturas, detalhes e texturas que despertam a imaginação, permitindo uma espécie de viagem ao passado e proporcionando uma conexão mais direta e sensível com a história que os livros apenas narram.

Em pleno século 21 observa-se, frequentemente, um contraste marcante: de um lado, edificações remanescentes da colonização; de outro, estruturas contemporâneas que refletem novas demandas e tecnologias construtivas. Apesar das diferenças temporais e estéticas, ambas são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento urbano e da evolução sociocultural

das cidades. Mezalira e Moreira (2022) afirmam que a construção da narrativa historiográfica da arquitetura depende essencialmente da organização do tempo, sendo a ordenação temporal dos fatos a base para relacionar a produção arquitetônica ao contexto que a originou. Cada edifício ou conjunto arquitetônico carrega registros materiais que remetem à época de sua construção, bem como marcas de alterações e modificações ao longo do tempo. A preservação dessas estruturas intensifica a paisagem cultural urbana, permitindo que a cidade seja lida como um testemunho físico da história local, transformando a arquitetura em uma narrativa visual capaz de conectar passado e presente e revelar camadas significativas da identidade coletiva de uma comunidade.

A manutenção da memória coletiva está intimamente relacionada ao testemunho histórico, pois, na ausência deste, os fatos e acontecimentos permanecem como lembranças imateriais, suscetíveis a perdas ou distorções quando não registrados em livros, documentos ou outros suportes. Navarrete (2012) ressalta que a arquitetura reencontra a “proporção” do ser humano, contemplando sua dimensão antropológica mesmo diante dos impactos impostos pela sociedade de consumo, uma vez que as soluções arquitetônicas surgem das necessidades humanas e orientam o desenvolvimento integral do indivíduo. Nesse contexto, a experiência direta com edificações históricas possibilita que o conhecimento do passado seja vivido, compreendido e incorporado, permitindo perceber não apenas como ocorreu o desenvolvimento urbano, mas também as escolhas sociais, culturais e técnicas que moldaram o planejamento das cidades. Dessa forma, essas construções funcionam como mediadoras culturais, transmitindo valores, hábitos e símbolos de diferentes épocas e promovendo uma articulação contínua entre tempo e espaço, consolidando a arquitetura como instrumento de memória e aprendizado coletivo.

Articulação entre Tempo e Espaço: O patrimônio arquitetônico possibilita a coexistência de diferentes tempos no espaço urbano, conectando passado e presente ao atuar como elo entre tradições e modernizações, entre permanências e rupturas. Sivieiro (2006), sinaliza que o patrimônio contribui para estruturar os vínculos que fortalecem o sentimento coletivo de pertencimento comunitário e ajudam a consolidar o imaginário social, no qual as cidades se apresentam como a materialização do fenômeno urbano: espaços de concentração populacional e de desenvolvimento de atividades produtivas que conferem ao ambiente urbano dinamismo e múltiplos significados. Nesse sentido, a cidade pode ser compreendida como um documento da história urbana, cujas marcas impressas no espaço configuram uma linguagem própria a ser interpretada. A leitura dessas marcas revela as interações históricas, sociais e culturais que moldaram o território, permitindo compreender as transformações pelas quais passou e, sempre que possível, enriquecê-lo, garantindo que o diálogo entre o legado histórico e as demandas contemporâneas permaneça vivo.

O espaço urbano não pode ser compreendido como um cenário fixo ou meramente físico, mas, sim, como um organismo em constante transformação, moldado pelas práticas, valores e interações sociais. Santos (1988) desmistifica a ideia de um espaço estático, revelando-o como um produto vivo das ações e relações sociais, um palco onde coexistem formas herdadas e ações atuais. Essa visão amplia a compreensão do patrimônio arquitetônico, mostrando que ele não é apenas vestígio do passado, mas componente ativo do presente, influenciado e ressignificado por usos e significados contemporâneos. Ao reconhecer o espaço como construção coletiva e mutável, torna-se possível compreender que a preservação da herança arquitetônica não se

limita à conservação material, mas envolve, também, a manutenção e o fortalecimento de sua relevância cultural e simbólica. Assim, proteger o patrimônio arquitetônico é assegurar que ele continue dialogando com as transformações sociais, permitindo que a memória se renove e permaneça significativa para as gerações futuras, sem perder suas raízes históricas.

A preservação do patrimônio arquitetônico constitui um elo fundamental entre o tempo e o espaço, permitindo que as marcas do passado permaneçam vivas no presente e projetem significados para o futuro. Mais do que conservar edificações, trata-se de manter vivas as referências simbólicas e identitárias que estruturam a relação das comunidades com o lugar. Diante disso, Oliveira *et al.* (2024) destacam que a preservação do patrimônio arquitetônico serve de referência para os habitantes de um determinado lugar, exercendo grande importância na vida cotidiana daquela sociedade, pois é por intermédio deste cuidado que se desperta o senso de pertencimento e continuidade dos sujeitos, desencadeando a preservação da cultura, da memória e da história. Essa articulação entre tempo e espaço fortalece a identidade coletiva e orienta o desenvolvimento urbano de forma mais consciente ao reconhecer a herança arquitetônica como recurso cultural ativo, cuja preservação protege a memória e assegura sua permanência significativa no tecido vivo das cidades.

A compreensão do espaço urbano exige uma visão que ultrapasse sua dimensão física, reconhecendo-o como um produto histórico e social em constante transformação. Sob a ótica de Santos (1988, 2006), o espaço não é apenas um suporte para as atividades humanas, mas um território vivo onde passado e presente se entrelaçam permanentemente. Segundo o autor, o espaço é formado por um sistema indissociável de objetos, como infraestrutura e patrimônio, e ações que envolvem práticas sociais, econômicas e culturais, as quais, ao interagirem, promovem mudanças contínuas. Essa perspectiva evidencia que o espaço é resultado dinâmico da relação entre elementos materiais e imateriais, o que reforça a importância da preservação do patrimônio arquitetônico como componente essencial para manter a memória e a identidade locais. Assim, entender o espaço como construção social e histórica permite que a preservação urbanística seja pensada não somente como conservação física, mas como um processo vivo e integrado ao desenvolvimento das cidades.

A preservação do patrimônio arquitetônico articula o tempo e o espaço, reforçando a sustentabilidade cultural das comunidades. Oliveira e Chagas (2023) destacam que essa preservação é fundamental porque mantém o testemunho vivo das heranças, tanto naturais quanto construídas, exercendo um papel crucial no presente e garantindo sua relevância para o futuro. Para os autores, a valorização dos bens patrimoniais possui um caráter político, pois implica definições e prioridades ao considerar referências de consentimento e corroboração social – significa que preservar não é apenas conservar objetos físicos, mas também reconhecer e legitimar narrativas e memórias que moldam a identidade coletiva. Dessa forma, a articulação entre tempo e espaço na preservação do patrimônio possibilita uma conexão contínua entre passado, presente e futuro, promovendo o fortalecimento cultural e social das cidades, ao mesmo tempo em que assegura que as gerações futuras possam usufruir e reinterpretar esse legado histórico.

Valor Simbólico e Estético: Edificações patrimoniais possuem valor simbólico por representarem momentos históricos, ideologias ou modos de vida e também valor estético, evidenciado por suas linguagens arquitetônicas, materiais e técnicas construtivas. Da Pieve, Oliveira e Mueller (2025) observam que o direito fundamental atribuído a todas as pessoas foi

uma das formas encontradas pelo Estado Democrático de Direito de promover uma sociedade mais justa, equilibrada e igualitária, devendo tal princípio ser considerado nos estudos sobre a cidade e os espaços públicos urbanos, uma vez que todos têm o direito de acessar, sem restrições, serviços, ambientes e infraestrutura urbana. Ao preservar tais edificações, mantém-se não apenas a memória coletiva, mas também um conjunto de referências visuais e culturais que estruturam a identidade das comunidades, posto que o valor simbólico e estético desses bens atua como um elo entre passado e presente, fortalecendo o pertencimento social e qualificando a experiência urbana, ao mesmo tempo em que reafirma a cidade como espaço democrático, inclusivo e repleto de significados compartilhados.

O patrimônio arquitetônico de um povo, produzido por ele e preservado de diferentes maneiras, garante a manutenção da memória, da história e da cultura, sendo o passado uma das dimensões mais importantes para compreender a singularidade das manifestações materiais e imateriais das cidades. Choay (2001) constata que a construção dos conceitos de patrimônio resulta de uma longa evolução, iniciada nas primeiras ações de valorização das obras do passado pelas civilizações antigas, uma vez que as edificações patrimoniais assumem valor simbólico ao expressarem momentos históricos, ideologias e modos de vida, e valor estético, evidenciado por linguagens arquitetônicas, técnicas e materiais que qualificam visualmente o espaço urbano. Nesse contexto, a preservação desses bens vai além da conservação física, pois reafirma identidades coletivas, fortalece o sentido de pertencimento, enriquece a experiência sensorial e cultural dos cidadãos e, assim, faz com que o patrimônio edificado não apenas testemunhe o passado, mas atue como referência viva para a construção de uma cidade mais consciente, coesa e esteticamente qualificada.

O valor simbólico atribuído a objetos, artefatos ou edificações decorre da importância conferida pela memória coletiva, que, ao eleger determinados monumentos, os reconhece como patrimônio. Oliveira e Chagas (2023) afirmam que o entendimento de patrimônio envolve conceitos e sensibilidades plurais, podendo ser definido como o conjunto de bens que testemunha a intervenção humana no ambiente, abrangendo as mais diversas formas e configurando-se como bens culturais de propriedade coletiva, com valor reconhecido para uma região e para a humanidade. Preservá-las, portanto, significa não apenas conservar estruturas físicas, mas também manter vivas narrativas históricas, fortalecer identidades, promover o pertencimento social, enriquecer a experiência sensorial e cultural dos cidadãos e, assim, fazer com que o patrimônio edificado atue como elo entre passado e presente, constituindo referência essencial para a construção de cidades esteticamente valorizadas.

Reconhecer e preservar o patrimônio cultural exige considerar o conceito de ambiência, entendido como a harmonia na integração entre o bem cultural e seu entorno, o que demanda critérios que ultrapassem a salvaguarda pontual e contemplem a relação com a vizinhança e a paisagem. Sivieiro (2006) observa que, pela preservação e transmissão dos valores nela impressos, a cidade revela-se como patrimônio capaz de alimentar as ações subsequentes da vida urbana, posto que o culto ao patrimônio deve ir além de simples aprovação. Essa convivência de temporalidades, ao integrar passado e presente, enriquece a paisagem cultural e evidencia sua complexidade.

A apropriação e a coletivização desses bens geram, nos espaços urbanos, lugares significantes, com os quais a comunidade local cria vínculos afetivos, pois cristalizam fatos, experiências e lembranças que podem remeter à infância, a atividades cotidianas, a encontros sociais e

familiares, permanecendo vivos na memória individual e coletiva. Carvalho (2010) afirma que o patrimônio está intrinsecamente ligado à paisagem, à memória e à identidade dos grupos sociais, que, por meio da transmissão de saberes e fazeres, estabelecem elos de continuidade espaço-temporal e mecanismos de afirmação identitária. Sua preservação implica manter vivas as narrativas que atribuem sentido aos lugares, fortalecer identidades e promover o pertencimento social, permitindo que o patrimônio edificado funcione como elo entre passado e presente e se consolide como referência essencial na peculiaridade das cidades.

CONCLUSÃO

O patrimônio não se limita à herança de cada povo ou às expressões estáticas de sua cultura, mas abrange, também, os bens culturais visíveis e invisíveis, incorporando práticas, saberes e manifestações que conferem identidade a uma comunidade. Ele vincula-se a tudo aquilo que o ser humano reconhece e apropria como bem, marcado por características únicas e particulares que o diferenciam no tempo e no espaço. Assim, o patrimônio não se restringe a simbolizar, representar ou comunicar, mas também a agir, influenciando comportamentos, moldando percepções e fortalecendo laços sociais. Nesse sentido, desempenha um papel ativo na construção e na formação das pessoas de uma determinada coletividade, contribuindo para a preservação de sua memória e para a afirmação de sua identidade cultural. Ao integrar bens materiais e imateriais, o patrimônio atua como elemento estruturante da vida social, reforçando vínculos entre passado e presente e oferecendo bases para que as comunidades se reconheçam, se valorizem e projetem seu futuro de forma consciente.

Ao considerar o patrimônio arquitetônico, evidencia-se seu papel fundamental na qualificação e valorização dos espaços urbanos, pois essas edificações são testemunhos vivos que guardam memórias e histórias, conectando o passado ao futuro. Elas oferecem um entendimento profundo sobre a identidade local e o desenvolvimento das comunidades, permitindo que moradores e visitantes reconheçam o significado dos espaços que ocupam. O patrimônio arquitetônico, ao integrar-se à paisagem cultural urbana, influencia diretamente a percepção e o uso do ambiente, funcionando como elemento de coesão social e referência simbólica. Essa relação entre espaços e significados torna-se essencial para a construção de cidades mais conscientes e valorizadas, nas quais o respeito às heranças culturais contribui para o fortalecimento do sentido de pertencimento e da identidade coletiva.

O patrimônio arquitetônico não apenas preserva a memória histórica, mas também atua como agente ativo na formação das dinâmicas urbanas, qualificando o tecido urbano e promovendo a sustentabilidade cultural das cidades, posto que essas edificações têm raízes profundas na identidade coletiva das comunidades, estabelecendo uma articulação contínua entre tempo e espaço. Como testemunhos históricos, elas narram as transformações sociais, culturais e econômicas que moldaram a cidade ao longo dos anos. Além disso, possuem um valor simbólico significativo, representando ideais, modos de vida e memórias compartilhadas, bem como um valor estético, expresso nas linguagens arquitetônicas, materiais e técnicas construtivas que enriquecem visualmente o ambiente urbano. Dessa forma, a preservação do patrimônio arquitetônico contribui para fortalecer o sentido de pertencimento, estimular a coesão social e garantir a continuidade cultural. Ao integrar passado, presente e futuro, essas

construções transformam-se em elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável e a qualificação das cidades.

A preservação da paisagem cultural ainda é pouco conhecida pela população em geral, em grande parte por ser um conceito relativamente recente e pouco divulgado nos meios de comunicação e educação. A importância, contudo, dessa categoria de preservação para a humanidade é imensa, pois envolve a proteção dos elementos naturais e culturais que compõem o ambiente onde vivem as comunidades, representando sua história, memória e identidade. A divulgação adequada da preservação da paisagem cultural é fundamental para que as novas gerações compreendam e valorizem suas raízes, garantindo a continuidade dos saberes, das tradições e dos vínculos com o passado. Sem esse conhecimento, corre-se o risco de perder-se importantes referências históricas que estruturam o sentido de pertencimento e a harmonia social. Investir, portanto, na educação e na sensibilização da população, é essencial para fortalecer a consciência coletiva sobre a necessidade de proteger esses espaços, garantindo que a paisagem cultural seja preservada como legado vivo e significativo para o presente e para o futuro.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- CARVALHO, Karoliny Diniz. Lugar de memória e turismo cultural: apontamentos teóricos para o planejamento urbano sustentável. *Revista de Cultura e Turismo*, Santa Catarina, v. 4, n. 1, jan. 2010.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.
- CRISPIM, Felipe Bueno. A paisagem cultural como novo instrumento de preservação: a historicidade de uma prática em contexto paulista (1968-1994). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-12.
- DA PIEVE, Caroline Prediger; OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; MUELLER, Ailton Adelar. Parques urbanos sob uma perspectiva de gênero: um estudo do Parque da Pedreira em Ijuí/RS. *Informe Gepec*, Toledo, v. 29, n. 1, p. 328-344, 2025.
- DUARTE, Mirela Carina Rêgo; SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Milena Torres de Melo; SOEIRO, Ítalo César de Moura; ROSSIN, Mariana Silva. A alegoria da paisagem cultural brasileira. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, *Nova Série*, v. 31, e25, p. 1–31, 2023.
- ESTANISLAU, Julia. Sentimento de pertencimento é a necessidade de manter relações estáveis e de moldar o comportamento. *Jornal da USP*, São Paulo, 12 abr. 2023. Disponível em: <https://sites.usp.br/psicosp/felicitacoes-pelo-seu-aniversario/>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- FONTOURA, Sirlei da Silva. Memória, história e testemunho: uma incursão teórica. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 208-225, 2023.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONSALVES, Edna Paula. *Iniciação à pesquisa científica*. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.
- MATHIAS, Débora. Pertencimento: discussão teórica. *Revista Alea: Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 166-187, 2023.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e paisagem*. Campinas: Contexto, 2002. p. 29-64.
- MEZALIRA, Mariela; MOREIRA, Daniel de Carvalho. A documentação histórica arquitetônica: conceitos historiográficos para a fragmentação do tempo. *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Carlos, v. 20, p. 1-17, 2022.
- NAVARRETE, Rubén Darío Lucas. A arquitetura na perspectiva da evolução do espaço-tempo. *Revista Sociedade em Debate*, v. 4, n. 2, p. 113-130, 2012.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; CHAGAS, Daniel Hedlund Soares das. Desenvolvimento local e políticas públicas: ações de manutenção e salvaguarda do patrimônio presente no plano diretor participativo do município de Ijuí/RS. *Revista Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, RS: Editora Unijuí, v. 21, n. 59, p. e14199, 2023.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de *et al.* Preservação do patrimônio arquitetônico: habilidades e competências instigadas nos sujeitos por meio de experiências exitosas de educação patrimonial em Ijuí/RS. *Revista Percurso – Nemo*, Maringá, v. 16, n. 2, p. 133-151, 2024.

OLIVEIRA, Mateus Antônio Nogueira *et al.* Desafios da preservação do patrimônio histórico construído no Brasil: uma introdução e aspectos multidisciplinares. *Revista Delos*, v. 18, n. 66, p. e4855, 2025.

ROCHA, Aline Maria Matos. Quando o patrimônio se movimenta: memória e identidade como estruturantes da ação coletiva. In: OLIVEIRA, G. M. C.; VIEIRA, K. M. A. (org.). *Patrimônio, povos do campo e memórias: diálogos com a cultura, a arte e a educação*. Mossoró: Ufersa, 2020. p. 33-45.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SCARDUELLI, Grasielle de Costa; GONÇALVES, Teresinha Maria. A Praça Nereu Ramos: o patrimônio cultural como fomento da memória e identidade urbana. *Revista 5% Arquitetura + Arte*, São Paulo, ano 15, v. 1, n. 19, e124, p. 1-23, jun. 2020.

SIVIEIRO, Ana Paula. Os elementos do espaço turístico urbano no processo de planejamento: reflexões teóricas e articulações. *Revista Raega*, Curitiba, n. 11, p. 51-59, 2006.

VASCONCELOS, Marcela Correia de Araujo. As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, n. 13, p. 51-73, 2012.

Autor Correspondente

Tarcisio Dorn de Oliveira

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí

Rua do Comercio, Nº 3000 – Bairro Universitário – Ijuí/RS, Brasil. CEP 98700-000

tarcisio.oliveira@unijui.edu.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

